DOI 10. 5216/o.v18i2.53035

AS DIFERENTES FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTA DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES CONTRA A REPRESSÃO POLÍTICA IMPOSTA PELA DITADURA CIVIL-MILITAR

Em memória de Waldemar Rossi, Santo Dias, Cleodon Silva, Vito Giannotti e Carlúcio Castanha, verdadeiros baluartes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e da luta contra a exploração capitalista e a Ditadura Civil-Militar.

José de Lima Soares[*]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo central analisar os sindicatos durante o período da ditadura, bem como as diferentes formas de luta que se desenvolveram no Brasil contra a repressão política que se impôs contra os trabalhadores. Partimos da premissa de que os trabalhadores, mesmo com os sindicatos sob a tutela do Estado e submetidos ao controle do peleguismo, cumpriram um papel importante, buscando se organizar nos locais de trabalho, muitas vezes até na clandestinidade, no sentido de construir a unidade de classe contra a exploração capitalista e o arrocho salarial. Tudo isso, em uma conjuntura política difícil, em que os militantes, sindicalistas, estudantes eram perseguidos, presos, torturados, exilados e mortos.

Palavras-chave: Sindicatos; Ditadura e repressão; Resistência dos trabalhadores.

[*] Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Goiás, Brasil. E-mail: odijas@uol.com.br

THE DIFFERENT FORMS OF RESISTANCE AND FIGHTING BY WORKERS ORGANIZATIONS AGAINST POLITICAL REPRESSION IMPOSED BY CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Abstract: The main objective of this work is to analyze trade unions during the period of dictatorship, as well as the different forms of struggle that have developed in Brazil against the political repression imposed on workers. We start from the premise that workers, even with unions under state control and under the control of subservient agents, played an important role, trying to organize themselves in the work place, often even underground, in the sense of building unity of class against capitalist exploitation and wage squeeze. All this, in a difficult political conjuncture, in which militants, trade unionists and students were persecuted, imprisoned, tortured, exiled and killed.

Keywords: Unions; Dictatorship and repression; Resistance of workers.

LAS DIFERENTES FORMAS DE RESISTENCIA Y LUCHA DE LAS ORGANIZACIONES DE LOS TRABAJADORES CONTRA LA REPRESIÓN POLÍTICA IMPUESTA POR LA DITADURA CIVIL-MILITAR

Resumen: El objetivo central de este trabajo es analizar los sindicatos durante el período de la dictadura, así como las diferentes formas de lucha que se desarrollaron en Brasil contra la represión política que se impuso contra los trabajadores. Partimos de la premisa de que los trabajadores, incluso con los sindicatos bajo la tutela del Estado y sometidos al control del amarillismo, cumplieron un papel importante, buscando organizarse en los lugares de trabajo, muchas veces, hasta en la clandestinidad, en el sentido de construir la unidad de clase contra la explotación capitalista y las dificultades salariales. Todo ello, en una coyuntura política difícil, en la que los activistas, sindicalistas, estudiantes, eran perseguidos, presos, torturados, exiliados y muertos.

Palabras clave: Sindicatos; Dictadura y represión; Resistencia de los trabajadores.

Introdução

Historicamente, desde suas origens, os sindicatos sempre cumpriram um papel importante na luta pela organização e mobilização dos trabalhadores. Foi assim na Europa, nos Estados Unidos da América e até mesmo em alguns países do Oriente, como o Japão. Em vários países da América Latina, a luta dos trabalhadores foi contra a exploração capitalista, por melhores condições de vida e de trabalho. Ou seja, os sindicatos surgiram como organismo elementar de frente única dos trabalhadores para enfrentar a opressão e a exploração da força de trabalho. No Brasil, não foi diferente. Aqui, os sindicatos surgiram no começo do século XX, sob a influência e orientação do movimento anarquista, anarco-sindicalista e de militantes socialistas. Foi a partir desse espírito de luta que o movimento sindical emergiu, com base na unidade e luta dos trabalhadores, sempre buscando construir um sindicalismo livre e independente do patronato e do Estado.

Essa fase pioneira do sindicalismo ficou conhecida pela sua combatividade e pelas grandes greves que realizou, sobretudo a greve geral de 1917, entre outras. Em 1922, é fundado o Partido Comunista do Brasil, em sua grande maioria, composto por ex-anarquistas. Daí é possível verificar o peso do movimento anarco-sindicalista no Brasil. Assim, até 1930, o movimento sindical segue existindo de forma autônoma e independente do patronato e do Estado. Tudo irá mudar com ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Daí em diante, irá surgir um sindicalismo atrelado diretamente ao Estado, o que caracteriza, sem dúvida, uma grande derrota para os trabalhadores, já que Vargas, ao criar e regulamentar algumas leis trabalhistas, instituiu novas leis sindicais e desencadeou uma forte repressão sobre as lideranças dos trabalhadores (GIANNOTTI, 2007). Na verdade, o sindicalismo varguista excluía qualquer forma de participação efetiva da classe operária. Mas os trabalhadores não aceitaram essas medidas de forma passiva e reagiram como puderam. Surge aí o sindicato de Estado no Brasil (BOITO JÚNIOR, 1991).

Azis Simão (1966), em *Sindicato e Estado*, chama a atenção para a ruptura que se estabeleceria na história do movimento sindical brasileiro em 1930, tendo como elemento central a participação ativa do Estado, dentro de um panorama estrutural marcado pela arregimentação da força de trabalho vinda do campo com o incremento da mobilidade interna e da industrialização. Simão (1966) afirma que no período anterior a 1930 os sindicatos se encontravam constituídos como instituições legítimas somente perante seus membros, tornando-se assim alvos permanentes e frágeis diante da ação coercitiva dos patrões e do Estado, portanto sem conseguir se integrar plenamente à sociedade global. Os sindicatos de trabalhadores seriam então associações instáveis, "frequentemente desorganizadas pela repressão policial e reorganizados por grupos revolucionários" (SIMÃO, 1966, p. 1).

Autores como Albertino Rodrigues (1979), Marcelo Badaró (2003), Boito Júnior (1991), Azis Simão (1966), Ricardo Antunes (1992), Vito Giannotti (1992; 2007), Ruy Braga (2012), José Soares (2014) entendem que a partir dos anos de 1930, os sindicatos tiveram seu direito de existência submetido ao Estado, de modo que os sindicatos não oficiais foram praticamente dizimados por meio da perseguição e extradição de seus líderes. A partir da criação do

Ministério e da Justiça do Trabalho, o Estado passa a ter o controle sobre os conflitos entre patrões e empregados, sobre a luta reivindicativa e o direito de greve. O modelo de sindicato implantado por Vargas foi concretizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, durante o Estado Novo, e frequentemente é tomada como uma cópia da Carta Del Lavoro de Mussolini[1].

Em 1930, com a entrada de Getúlio no poder, instaura-se uma política de industrialização em que é criada a "Lei de Sindicalização" nº 19. 770 (imposto sindical) (SIMÃO, 1966, p. 180), na qual o controle e a repressão impediam a participação dos estrangeiros nas direções, controlavam-se as finanças dos sindicatos, além de proibir suas atividades políticas e ideológicas. Nessa época, era imposto para a classe trabalhadora filiar-se ao sindicato oficial, desestruturando os sindicatos autônomos existentes e também desarticulando a luta de classes, tornando-se um órgão assistencialista. "Mas isso não impediu que as lutas operárias, sociais e sindicais se desenvolvessem amplamente durante os anos 1930-64" (ANTUNES, 2007, p. 290).

Não há dúvida que diversas passagens da CLT consistem em traduções da Carta Del Lavoro do modelo mussoliniano; a estrutura corporativa dos sindicatos no Brasil, entretanto, é dotada de algumas características bastante peculiares. O caráter atípico do caso brasileiro em contraste com os demais modelos de sindicatos corporativos implantados ao longo da história está no fato de que estes sucumbiram junto aos regimes que os implantaram, enquanto no Brasil tal estrutura conserva seus aspectos essenciais há mais de oito décadas, mostrando-se inabalável às diversas transições de governos e regimes. A estrutura sindical varguista mostra-se única em longevidade, pois é dotada de um caráter elástico que permite sua adaptação às adversidades históricas (BOITO JÚNIOR, 1991).

A tese do "sindicalismo de Estado" é defendida por Boito Júnior (1991). Para esse autor, a estrutura sindical brasileira é uma instituição integrada ao Estado capitalista graças a alguns mecanismos legais e organizativos que se reproduzem graças a determinada ideologia. A integração ao Estado possibilita que o sindicato possa viver distante dos trabalhadores ou – em casos extremos e que são muitos – até separado da sua base. A dependência do sindicato diante do Estado tem como contrapartida sua independência diante dos trabalhadores. Quais são os principais mecanismos dessa estrutura sindical? O seu elemento central é a necessidade de que o Estado – seja por intermédio de um ministério, seja por intermédio do Judiciário – reconheça uma organização como sindicato para que essa organização possa funcionar como tal, isto é, para que possa negociar condições de trabalho e salário com o empregador. Outros elementos importantes da estrutura são a unicidade sindical, por intermédio da qual a representação sindical oficial é concedida em regime de monopólio para um sindicato representar um determinado segmento dos trabalhadores numa determinada base geográfica; e a capacidade legal, que o Estado outorga ao sindicato, de ele impor contribuições aos trabalhadores associados e não associados. O reconhecimento oficial do Estado é o elemento de base da integração, sem ele os demais não poderiam existir. Contudo, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias são elementos muito importantes de controle do aparelho sindical pelo Estado. É esse tipo de estrutura que, como já disse, integra o sindicato ao Estado e, num mesmo movimento, afasta-o dos trabalhadores (BOITO JÚNIOR, 1991; 1999).

A partir do golpe de 1964, os sindicatos sofreram intervenção policial ou foram ocupados pelos pelegos e interventores, homens de confiança da ditadura civil-militar. Esses sindicatos, que poderiam cumprir um papel importante em prol das lutas dos trabalhadores, controlados pelo peleguismo, passaram a defender os interesses dos patrões. Um exemplo clássico, entre tantos outros, é o de Joaquim dos Santos Andrade (o Joaquinzão), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, além de agente da ditadura, ainda entregava para a polícia os militantes da oposição, e elaborava as famosas "listas sujas" ("negras") para os patrões, impedindo que os trabalhadores de oposição conseguissem emprego nas fábricas[2].

Com a queda de Vargas a estrutura sindical foi mantida, sendo que as democracias populistas, que governaram o país de 1950 a 1964, apoiaram-se na referida estrutura para conquistar o apoio necessário das massas. Com o advento do Golpe Militar em 1964, para surpresa daqueles que supunham tal episódio como o fim da estrutura sindical populista, esta estrutura mais uma vez moldou-se aos interesses do governo, permitindo que os militares botassem freios na movimentação sindical que então aflorava no cenário político nacional. Com o fim do regime ditatorial e o processo de transição para o governo civil, a estrutura sindical permaneceu intacta em seus aspectos primordiais, conservando, inclusive, os ajustes efetuados pelos governos militares no âmbito das leis trabalhistas: ou seja, a Constituição Cidadã de 1988 conservou a base da estrutura do sindicalismo de Estado.

A forte repressão política dos militares e os interventores não conseguiram impedir que alguns sindicatos, ao contar com o apoio das comissões de fábrica e de grupos de fábrica, conseguissem mobilizar os trabalhadores e se organizar para a greve contra o arrocho salarial. Foi o caso de Contagem e Osasco, em 1968. A greve de Contagem, em março de 1968, contou com a presença de nada menos que dois mil trabalhadores durante a criação do Comitê Intersindical Anti-arrocho em Minas Gerais e deixou clara a disposição de luta da classe operária mineira. Poucos dias depois eclodiu em Osasco, um dos principais centros industriais do Estado de São Paulo, o primeiro grande movimento de resistência dos operários à política econômica do regime. A greve dos metalúrgicos, em 1968, foi um marco na luta contra a ditadura instaurada no país em 1964.

Em meados de 1967, as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi vencida por uma chapa de esquerda, ligada ao extinto Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), que defendia as lutas apoiadas nas comissões de fábricas, além de se manifestar contra o regime militar. Por determinação do regime, essa diretoria foi cassada pela Delegacia Regional do Trabalho antes mesmo de tomar posse, sendo substituída por uma junta interventora formada por sindicalistas conhecidos como "pelegos".

A diretoria cassada manteve a atividade junto às bases metalúrgicas e, na campanha salarial de 1968, levou adiante a reivindicação de 25% de reajuste salarial. Como parte dessa estratégia de radicalização, em 16 de abril de 1968, esses sindicalistas promovem a ocupação da siderúrgica Belgo Mineira, em Contagem, iniciando uma greve que paralisa as atividades dos 1.200 trabalhadores da fábrica.

Apesar de o direito de greve estar suspenso pela Lei 4.330 de junho de 1964 (ROCHA, 2014, p. 1), os patrões oferecem uma contraproposta de 10% – oferta que, em si, já contrariava

a política salarial do regime. A proposta é recusada pela comissão de empresa, e o impasse fica estabelecido. A greve não apenas continuou, como se expandiu. Ao terceiro dia, a paralisação atingia a Mannesmann, SBE, Belgo de João Monlevade, Acesita, paralisando cerca de 20 mil trabalhadores em poucos dias.

Numa atitude insólita, o então ministro do trabalho, coronel Jarbas Passarinho, compareceu a uma assembleia dos grevistas em Contagem para exigir a volta imediata ao trabalho. Segundo o sociólogo Roque Aparecido da Silva, um dos líderes da greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968, Jarbas Passarinho teria dito aos grevistas contagenses: "Se as condições se agravarem, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformar em cadáveres"[3].

Mesmo com a declaração ameaçadora, os trabalhadores metalúrgicos não se intimidaram. Mas, Passarinho não ficou só nas ameaças. Em cadeia nacional de rádio e televisão conclamou "o início da guerra" aos operários contagenses, desencadeando uma forte repressão contra os grevistas. No dia 24 de abril de 1968, militares ocuparam a Cidade Industrial, proibiram as assembleias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos.

De acordo com os protagonistas do movimento paredista, a repressão forçou os trabalhadores a abandonarem, gradativamente, o movimento. A greve, entretanto, era tão forte e havia alçando tamanha repercussão nacional graças à solidariedade despertada entre as entidades classistas, que os empresários mantiveram a proposta de 10% de reajuste dos salários.

Assim, no dia primeiro de maio de 1968, com os operários ainda em greve, o general-presidente Costa e Silva autorizou o reajuste salarial pondo fim ao movimento. Todavia, o regime militar tentou descaracterizar a vitória dos metalúrgicos de Contagem apresentando o reajuste como uma concessão do governo a todos os trabalhadores brasileiros. Entretanto, diz Roque Aparecido da Silva "o tiro saiu pela culatra, visto que os trabalhadores de todo o país perceberam que esse aumento tinha sido fruto da greve dos metalúrgicos mineiros" (SILVA, 2008, p. 31).

A greve dos metalúrgicos de Contagem foi a primeira grande manifestação das classes trabalhadoras brasileiras, sob o regime militar, contra o arrocho salarial e pela democracia. Entre 1950 a 1964, o Brasil caminhava para a urbanização, com a mudança do polo dinâmico da economia do campo para as cidades. Como fruto da expansão democrática propiciada pelos governos JK, Jânio Quadros e João Goulart, ocorre em todo o País um expressivo crescimento dos movimentos sociais reivindicativos. O movimento estudantil estava em plena atividade com a liderança da UNE, formam-se sindicatos, associações de classe e partidos políticos de orientação socialista. Em Minas, com a Cidade Industrial em processo de implantação e crescimento, surge um campo fértil para a eclosão desses movimentos trabalhistas.

A fim de tentar retomar o controle do movimento paredista, o ministro do trabalho, coronel Jarbas Passarinho, tentou de várias formas conter o movimento, apelando para que os líderes sindicais explicitassem aos trabalhadores o perigo daquelas medidas. Na verdade, com essa política de ameaça e intimidação, Passarinho pretendia impedir, a qualquer custo, a continuidade da greve.

Foram tentativas fracassadas de intimidação e contenção do movimento, que só se expandia, somando quase 20 mil operários grevistas. A persistência dos trabalhadores provocou uma violenta reação do governo. A polícia militar ocupou as ruas de Contagem reprimindo qualquer tentativa de assembleias e aglomerações operárias. Os patrões aproveitaram para convocar os trabalhadores nas suas próprias casas, sob a ameaça de demissão sumária e por justa causa. Mesmo nesta tensão os operários resistiram ainda alguns dias. Tal demonstração de força e coragem incentivou organizações que se opunham à ditadura, alimentando o sonho de liberdade e justiça social.

De acordo com Rossi (2013), ainda em outubro de 1967, no Estado de São Paulo mais de 40 dos principais sindicatos criaram o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). O Movimento, criado para pressionar o governo a acabar com o arrocho salarial, programou a realização de cinco concentrações, até o dia primeiro de maio de 1968. Neste cenário José Ibrahim, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, conclamou os operários a realizarem uma manifestação autêntica no primeiro de maio de 1968. Após diversos conflitos o MIA foi dissolvido, tendo sido criada uma comissão para se ocupar da organização do primeiro de maio (ROSSI, 2013).

Com a organização de duas "chapas" de oposição sindical metalúrgica, no ano de 1967, em São Paulo e Osasco, e com a vitória oposicionista de Osasco, o sindicalismo começou a reagir às medidas intervencionistas, autoritárias e arrochantes do governo militar. Em Osasco, com base na Comissão de Fábricas da Cobrasma e na organização de base em outras empresas daquele município, a direção sindical toma a frente na luta contra o arrocho salarial e consegue envolver vários sindicatos e movimentos oposicionistas da Grande São Paulo, que, juntos, criaram o MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho). Seu momento mais forte se deu pelo primeiro de maio de 1968, com ampla manifestação da Praça da Sé, ocasião em que a massa enfurecida rejeitou a presença do governador "biônico", Roberto de Abreu Sodré, expulsando-o do palanque. Tendo derrubado e incendiado o palanque, os trabalhadores saíram em passeata pela cidade gritando suas "palavras de ordem" contra a ditadura e suas medidas autoritárias (ROSSI; GERAB, 2009; ROSSI, 2013).

Tal fato levou a repressão a agir com muito rigor e violência, derrotando o movimento grevista, promovendo a cassação da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, prendendo vários dos seus membros e impondo a morte da Comissão de Fábrica (COUTO, 2003; ANTUNES; RIDENTI, 2007; ROVAI, 2003). Em Contagem, na Grande Belo Horizonte (MG), não foi diferente. Prisões, cassação da direção e nomeação de interventores. Essa fase teve como seu ponto alto a decretação do AI-5 (Ato Institucional nº 5), que cassou os direitos civis e políticos de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. A ditadura militar jogou água nas chamas do movimento operário brasileiro, mas não conseguiu extinguir suas brasas, que foram se propagando clandestinamente dentro de centenas de fábricas de São Paulo e seus arredores. O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu inúmeras ações arbitrárias de efeitos duradouros, que acabaram se refletindo diretamente sobre a classe trabalhadora brasileira[4].

A repressão atingiu tanto os militantes de esquerda que atuavam na guerrilha urbana e rural (como no caso do Araguaia), como os sindicalistas, militantes operários – como Luiz Hirata, Olavo Hansen, entre tantos outros.

Luiz Hirata foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS-SP, em 26 de novembro de 1971. Morreu em 20 de dezembro de 1971 como consequência das torturas a que foi submetido ao longo de três semanas. Heládio José de Campos Leme, preso político no DOPS/SP, conviveu ali com Luiz Hirata por cerca de duas semanas. Ficaram na mesma cela. Acompanhou, dia a dia, o agravamento do seu estado de saúde, testemunhando que ele voltava dos interrogatórios carregado pelos policiais. "Era Heládio quem carregava Luiz até o sanitário da cela. Seu rosto ficou tão inchado que ele não podia abrir os olhos. Chegou um momento em que ele não mais urinava nem comia: foi quando o levaram, quase inconsciente" (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 491)[5].

Em 16 de dezembro, quatro dias antes da morte, Fleury tentou justificar as lesões provocadas pelas torturas. Para isso, chamou ao DOPS o legista Harry Shibata, que se tornaria tristemente célebre a partir de 1975 por assinar o laudo que tentou legitimar a farsa do pretenso suicídio de Vladimir Herzog no DOI-CODI/SP. Prontamente, Shibata atendeu ao pedido e produziu um laudo de corpo de delito onde sustenta a estapafúrdia versão que lhe foi ditada pelo delegado torturador: Luiz Hirata havia colidido com a traseira de um ônibus quando tentava a fuga, em alta velocidade, correndo a pé. O legista considerou, então, "de bom alvitre remoção ao Hospital das Clínicas para socorro e providências médicas" (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 193).

Pode-se imaginar o estado físico em que se encontrava Luiz Hirata, a ponto de suscitar uma justificativa tão inverossímil como essa: Luiz Hirata teria simplesmente atropelado um ônibus ao tentar fugir. O laudo com as recomendações do legista Harry Shibata foi elaborado às 9h15, mas Fleury levou o preso ao Hospital das Clínicas somente 11 horas depois. De acordo com a documentação oficial, Luiz Hirata morreu nesse hospital no dia 20 de dezembro de 1971.

Manoel Fiel Filho foi preso em janeiro de 1976 por dois agentes do DOI-Codi, na fábrica, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia seguinte à sua prisão, os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Manuel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias. Porém, de acordo com colegas, quando preso, usava chinelos sem meias.

Quando os parentes conseguiram a liberação do corpo para ser enterrado, verificou-se que apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos e no pescoço. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, simplesmente confirmava a versão oficial do suicídio. As circunstâncias de sua morte são muito semelhantes às de Alexandre Vannucchi Leme e Vladimir Herzog. As evidentes torturas provocaram o afastamento do general Ednardo d'Ávila Melo, ocorrido três dias após a divulgação da morte de Manoel Fiel Filho.

Em ação judicial movida pela família de Fiel Filho, a União foi responsabilizada pela tortura e pelo assassinato. Segundo relato de sua esposa, no dia seguinte de sua prisão, um

sábado, às 22 horas, um desconhecido, dirigindo um dodge dart, parou em frente à sua casa e, diante dela, de suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: "O Manuel suicidou-se. Aqui estão suas roupas". Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário morto. Sua mulher então teria começado a gritar: "Vocês o mataram! Vocês o mataram!" (ESPANHOL apud CONSELHO...., 2014, p. 185-186)[6].

1979: a greve dos metalúrgicos de São Paulo – o assassinato de santo dias

No primeiro dia da paralisação, 28 de outubro, as subsedes do sindicato, abertas para abrigar os comandos de greve, foram invadidas pela Polícia Militar, que prendeu mais de 130 pessoas. Sem o apoio do sindicato e com a intensa repressão policial, os metalúrgicos passaram a se reunir na Capela do Socorro, na Zona Sul da cidade de São Paulo – a região de maior concentração de operários da categoria. No dia 30, Santo Dias, como parte do comando de greve, sai da Capela do Socorro para engrossar um piquete na frente da fábrica Sylvânia e discutir com os operários que entrariam no turno das 14h00[7].

De acordo com Vicente Ruiz (conhecido como Espanhol [apud CONSELHO..., 2014, p. 185-186]): Viaturas da PM chegam e Santo Dias tentava dialogar com os policiais para libertar um companheiro preso. A polícia agiu com brutalidade e o PM Herculano Leonel atirou em Santo Dias. Ele foi levado pelos policiais para o Pronto Socorro de Santo Amaro, mas já estava morto. O corpo de Santo Dias só não "desapareceu" por conta da coragem de Ana Maria, sua esposa. Ela entrou no carro que transportava seu corpo para o Instituto Médico Legal, apesar de abalada emocionalmente, e mesmo pressionada pelos policiais a descer, não cedeu.

Divulgada a notícia de sua morte pelos vários meios de comunicação, o corpo de Santo Dias seguiu para o velório na Igreja da Consolação. No dia 31 de outubro, 30 mil pessoas saíram às ruas da capital para acompanhar o enterro e protestar contra a morte do líder operário, pelo livre direito de associação sindical e de greve e contra a ditadura.

Em 8 de abril de 1982, o policial militar Herculano Leonel, autor do disparo que matou Santo Dias, é condenado a seis anos de prisão pelo Conselho de Sentença da Primeira Auditoria Militar do Estado de São Paulo. A sentença é anunciada depois de mais de 20 horas de julgamento. Mas, em 16 de dezembro de 1983, pouco mais de um ano após a condenação, o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo decreta a absolvição do policial, em decisão unânime. Assim, o caso foi encerrado, não cabendo recurso.

Santo trabalhava como motorista de empilhadeira na empresa Metal Leve S/A. Além disso, Santo era membro da Pastoral Operária de São Paulo, da Zona Sul, das comunidades de base de Vila Remo, representante leigo perante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), membro do Movimento contra o Custo de Vida, candidato a vice-presidente da chapa 3 de Oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP)[8].

A participação do patronato junto ao aparato repressivo da ditadura

De acordo com as denúncias e documentações colhidas, a participação e colaboração da Volkswagen com o aparelho repressivo da ditadura se deu tanto no âmbito de apreensão e tortura de operários nas dependências da empresa, quanto através de espionagem (elaboração de listas de trabalhadores suspeitos) e doações de carros e recursos aos militares.

Hoje, já dispomos de farta documentação que comprova o envolvimento de centenas de empresas que tiveram participação direta ou indireta com o aparato repressivo da ditadura militar. Incialmente, acreditava-se que a participação dessas empresas se resumia a um número reduzido, incluindo o grupo Ultragaz, liderado pelo empresário dinamarquês Henning Boilensen[9].

Durante o ato de entrega da representação, o ex-deputado federal e relator da Lei da Anistia, Modesto da Silveira, fez uma fala emocionada sobre os inúmeros presos políticos que defendeu como advogado durante a ditadura militar. Reforçando a importância da documentação elaborada para a representação, afirmou que já é passada a hora de imputar as empresas multinacionais que financiaram as ditaduras latino-americanas.

Já o ex-ferramenteiro Lucio Bellentani (apud GLASS, 2015), em curto depoimento aos procuradores Pedro Machado e Marlon Weichert, relatou sua prisão no interior da empresa:

> Trabalhei na Volkswagen entre 1964 e 1972. Naquele ano, uma noite estava fazendo meu trabalho de manutenção dos equipamentos na sala de prensas, eram aproximadamente 23 horas, quando senti alguém encostar uma metralhadora nas minhas costas [...]. Vi o chefe da segurança da empresa, o coronel Adhemar Rudge, parado lá, com uma arma na mão. Aí me levaram para o departamento pessoal, e já começaram a me bater. Depois me levaram para o Dops, onde fui torturado durante 47 dias. Enquanto isso, minha esposa ia todos os dias para a firma procurar por mim, e eles diziam que não sabiam de nada. Só quando ela resolveu reivindicar meu seguro de vida é que a Volkswagen a mandou para o Dops, falaram que eu poderia estar lá.

Na contextualidade desse quadro, uma importante vanguarda dos trabalhadores continuou na luta fazendo surgir as Oposições Sindicais, que logo se espalharam por todo país, colocando-se como verdadeira alternativa às direções conciliadoras e ao velho peleguismo. Pretende-se demonstrar, neste trabalho, que as Oposições Sindicais desempenharam um papel de suma importância, não apenas na luta contra o arrocho salarial e a velha estrutura sindical, mas também no sentido de organizar e mobilizar os trabalhadores contra a exploração capitalista e pelo fim da ditadura militar. Defendemos, ainda, a tese de que outras formas de resistências se constituíram nas fábricas e/ou locais de trabalho, às vezes, clandestinamente, como os grupos de fábrica, embriões de comissões de fábricas e, até mesmo, as Interfábricas, que reuniam, por exemplo, um conjunto de trabalhadores de várias regiões da cidade de São Paulo.

As greves de 1978 se iniciaram com a paralisação na Scania de São Bernardo do Campo. Começou, então, um ciclo de greves que tomou conta de todo o ABC paulista quase simultaneamente. Com o passar dos meses essa onda grevista se espalhou pelo país atingindo

outras categorias de trabalhadores. A onda de greves de 1979 se dá em outro nível, não só pelo seu tamanho e força, mas também por ter sido preparada antecipadamente no congresso metalúrgico de Lins, onde votaram uma campanha salarial unificada. As greves de 1979 não iniciam espontaneamente como a anterior, e sim de forma consciente. A força dessa onda grevista de 1979 pode ser observada pelas gigantescas assembleias que reuniam 60, 70 e até 110 mil pessoas. Os piquetes nas fábricas e nos pontos de ônibus eram feitos com milhares de trabalhadores. Além do próprio ABC paulista, a greve metalúrgica se estendeu para cidades do interior do estado, como São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Santa Bárbara d'Oeste, Jundiaí e Campinas.

Considerações metodológicas parciais

Para chegar às presentes conclusões, seguimos na esteira de István Mészáros (2009), entendendo que o método não se justifica só pelos pressupostos metodológicos, metodologia pela metodologia, análise pela análise, mas pela função social que ele exerce junto com a teoria, a determinação social do método. Este percurso é ilustrado por Althusser (1979) por meio da metáfora da cebola, segundo a qual retirando as rodelas, o conhecimento pode atingir o núcleo essencial, sendo pois a essência atingível pelo processo de abstração. O processo correto de produzir conhecimento é de outra natureza. Portanto, o caminho é feito do real pensado para o real concreto, que é descrito como síntese das múltiplas determinações (MARX, 1989). Através do método dialético, pretendemos demonstrar como os trabalhadores procuraram construir seus instrumentos históricos de resistência contra o capital, colocando abaixo a ditadura militar e passando a uma fase da luta que permitiu o surgimento das mobilizações, das grandes greves do final dos anos de 1970, 80 e 90, o surgimento do chamado "novo sindicalismo" e, por conseguinte, o coroamento de novas conquistas históricas importantes, nos âmbitos político, social e econômico.

Com isso, chegamos a algumas conclusões: em primeiro lugar, não há saída para os jovens e nem para os trabalhadores fora da sua livre organização; que a transformação da sociedade se coloca como uma possibilidade histórica; que não bastam as condições objetivas favoráveis à transformação social, também são necessárias as condições subjetivas; que se faz necessária a construção de um instrumento histórico capaz de operar as transformações necessárias à constituição de uma nova sociabilidade; que esse instrumento de luta não existe e que é tarefa da humanidade criá-lo se quiser construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Parafraseando o filósofo István Mészáros (2002), é necessário avançarmos rumo a uma alternativa "para além do capital" e de sua lógica destrutiva; e, por fim, que a construção de outro mundo é possível, se quisermos nos livrar da barbárie que tanto ameaça o planeta.

Durante os 21 anos de ditadura militar ocorreram nada menos do que 1.565 intervenções em sindicatos. Uma média de 75 intervenções por ano ou 6 a cada mês! Isso demonstra que aquele foi um período marcadamente sombrio para o sindicalismo, para a liberdade sindical e muito mais para os trabalhadores.

O sindicalismo de Estado se perpetuou com a ditadura civil-militar (1964-85), e seguiu existindo no processo de redemocratização do país e até mesmo nos governos ditos de esquerda, de Lula a Dilma. O sindicalismo atual conserva resquícios das políticas ditatoriais, do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar, sendo que elementos invariantes desta estrutura contribuem para a conservação e o aperfeiçoamento dos objetivos buscados por tais políticas no presente momento[10].

Hoje, no limiar do século XXI, a classe trabalhadora conseguiu alguns importantes avanços no campo sindical. Com isso, os trabalhadores construíram suas centrais sindicais, avançaram na luta contra a estrutura oficial, corporativista, realizaram importantes greves por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, lutaram contra a ditadura militar. O final da década de 1970 e começo da década de 1980 foi, sem dúvida, de anos promissores para o movimento sindical, para o novo sindicalismo, como querem alguns. As greves do ABC paulista – que depois se esparramaram por todo país, envolvendo várias categorias – fizeram renascer novas perspectivas para o movimento sindical brasileiro. Mas, somos da opinião que, mesmo tendo avançado significativamente nas suas conquistas trabalhistas, e no que diz respeito à democratização da estrutura sindical, as bases fundamentais, que servem de sustentáculo dessa estrutura, ainda se mantêm de pé (SOARES, 2014).

O movimento sindical, incluindo a CUT, o "novo sindicalismo" e até mesmo a esquerda organizada não foram capazes de destruir a velha estrutura oficialista. Com a implantação do ajuste neoliberal, no final de 1980 e início 1990, houve a precarização do trabalho e, consequentemente, o enfraquecimento do sindicalismo. O sindicato passa a encontrar dificuldades impostas pelo ajuste neoliberal, pois os partidos que influenciavam os sindicatos (alguns de esquerda) passaram a ceder ao ajuste. Com isso, os sindicatos vão perdendo a capacidade de mobilizar e conscientizar os trabalhadores de suas respectivas categorias. Mesmo assim, e apesar das mudanças ocorridas na contemporaneidade, o sindicato continua sendo um mediador entre classes. Dessa forma, os sindicatos precisam encontrar alternativas para conquistar a confiança dos trabalhadores para que eles possam tomar consciência do seu papel dentro do sindicato e, assim, o sindicato se fortaleça e busque melhorias de direitos para o trabalhador.

Notas

1 No sindicalismo anterior à década de 1930, prevalecia a organização anarcosindicalista, trazida pelos imigrantes do sul da Europa, onde prevaleciam as ideias anarquistas. No episódio da incorporação dos organismos sindicais ao aparelho estatal, após a Revolução de 1930, tais organizações extraoficiais foram severamente reprimidas, com a prisão, tortura, morte e extradição de seus principais membros, além da criação de leis que dificultavam a inserção de tais sujeitos na participação dos sindicatos oficiais recém-implantados. (RODRIGUES, J., 1979, parte I).

2 Em 1964, com o golpe de Estado e o advento da Ditadura Militar, houve uma repressão ao Movimento Sindical. A economia do país teve expansão para o exterior, emergindo uma problemática para a classe trabalhadora: o rebaixamento dos salários, super exploração do trabalho, alta jornada de

trabalho (MACIEL, 2004). "De modo sintético, pode-se dizer que o movimento operário e sindical no pré-64 foi predominantemente reformista sobre a hegemonia forte do PCB, que aceitava a política de aliança policlassista entre o capital e o trabalho. Mas foi também um período de grandes lutas sociais e grevistas" (ANTUNES, 2007, p. 291).

3 Cf. Andréa Castello Branco (2008), em A *história contada pelos protagonistas.* Em cadeia nacional de rádio e TV, Jarbas Passarinho declarou "o início da guerra" contra os operários mineiros. A Cidade Industrial foi tomada por 1.500 policiais, o sindicato, fechado, e aproximadamente vinte lideranças presas. Foram proibidas assembleias, aglomerações operárias, panfletagens e as empresas começaram a convocar os trabalhadores sob ameaça de demissão por justa causa.

4 O Golpe de Estado resultou em uma Ditadura Civil-Militar que elegia a classe trabalhadora como principal inimigo. A ideologia do "inimigo interno" e a Lei de Segurança Nacional (LSN) são expressões no campo ideológico e jurídico desta escolha, pois os alvos destes mecanismos eram os movimentos populares e, principalmente, o movimento operário. Este grande controle repressivo veio acompanhado de forte intervenção na área sindical e trabalhista. O objetivo era impedir qualquer resistência da classe trabalhadora porque o crescimento dos lucros das grandes empresas e multinacionais se assentava também na redução de direitos dos trabalhadores e na redução do poder de compra de seus salários. Ou seja, em uma maior exploração da força de trabalho que, por sua vez, só foi possível graças a um regime de terror. A perseguição, repressão, prisão, tortura e assassinato se tornaram política de estado.

5 Filho de imigrantes japoneses e agricultores, paulista de Guaiçara, na região de Lins, Luiz Hirata estudava Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba. Em 1969 precisou abandonar os estudos, no quarto ano, por perseguição política: era militante da Ação Popular. Em 1971, antes de ser preso e assassinado sob torturas, era um dos cinco coordenadores do movimento de oposição sindical metalúrgica de São Paulo, ao lado de Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira. Cf. Direito à memória e à verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2007, p. 193-194).

6 Manoel Fiel Filho - Operário metalúrgico morto em 1976 pela ditadura militar. Vivia na capital paulista desde os anos 1950. Tinha trabalhado como padeiro e cobrador de ônibus antes de se tornar operário metalúrgico, quando passou a exercer a função de prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca, aos 19 anos.

7 Ver depoimento do ferramenteiro Vicente Espanhol em: Conselho Projeto Memória da OSM-SP (2014, p. 185-186).

8 Sua morte comoveu o país e, no dia seguinte, compareceram cerca de 30 mil pessoas que se reuniram em frente à Catedral da Sé (centro de São Paulo). Ali, houve a missa de corpo presente, celebrada pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Havia tanta gente que o espaço da Catedral ficou pequeno. A maioria ficou do lado de fora, gritavam consignas e depois as pessoas foram de ônibus para o Cemitério do Campo, em Santo Amaro, para o enterro do Santo. Na noite anterior, ao sair do DOPS, onde me encontrava preso com outros companheiros, passando pelo sindicato, tive a oportunidade de conversar com os companheiros, Santo e Waldemar Rossi, que buscavam informações sobre a greve. Foi a última vez que encontrei o companheiro Santo. No dia seguinte, estávamos em um grande piquete na zona oeste (Lapa/Água Banca), quando soubemos de seu assassinato. Foi uma comoção geral e, ao mesmo tempo, uma radicalização dos trabalhadores que ali estavam e logo ocuparam os vagões do trem em direção à Estação da Luz e, em seguida, ocupamos a Praça da Sé.

9 Ver o documentário *Cidadão Boilesen*, de Chaim Litewski (2009). O avanço conquistado pelas Comissões da Verdade acabou confirmando o envolvimento de empresários com a repressão, o que torna pertinente o resgate de informações e documentos esclarecedores dessa ligação. O caso de Henning Boilesen era bem particular. Afinal, o empresário não só apoiou financeiramente o golpe e as atividades de repressão, como também participava de sessões de interrogatório e tortura na sede da Oban, conforme relata o ex-dirigente do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Jacob Gorender: "Ele, pessoalmente, frequentava a Operação Bandeirante, ia ver os presos e assistia às sessões de tortura" (CIDADÃO BOILESEN, 2009). Há, ainda, outro trecho do filme em que o narrador evidencia essa ligação dele com a repressão: "Boilesen vivia cercado de personalidade policiais e militares; pessoas que, sabemos, estavam envolvidas com a tortura e o Esquadrão da Morte. Entre ele, Sérgio Fleury , grande amigo de Boilesen" (CIDADÃO BOILESEN, 2009). A Duratex, ligada ao banco Itaú, empresa na qual trabalhei, entre 1978 e 1979, aparece na lista das envolvidas com o aparato repressivo.

10 Para uma análise crítica do novo sindicalismo ver os seguintes trabalhos: Antunes (1991); I. J. Rodrigues (1999); M. A. Santana e J. R. Ramalho (2003).

Referências

ALTHUSSER, Louis et al. **Para ler o capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 35-45.

ANTUNES, Ricardo. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, José Reginaldo (Org.). **Sindicalismo no Brasil**: os primeiros 100 anos? São Paulo: Crisálida Livraria e Editora, 2007. p. 288-306.

_____. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.

_____. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. In: **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.

BADARÓ, Marcelo. **Sindicalismo brasileiro após 30**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANCO, Andréa Castello. A história contada pelos protagonistas. **Teoria e Debate** (Especial 1968), São Paulo, n. 175, maio 2008.

CIDADÃO BOILESEN. Direção e roteiro de Chaim Litewski. Rio de Janeiro: Palmares Produção e Jornalismo, 2009. 1 DVD (92 min).

COUTO, Ari Marcelo Macedo. **Greve na Cobrasma**: uma história de luta e resistência. São Paulo: Annablune, 2003.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

_____. **O que é estrutura sindical**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992. (Col. Primeiros Passos).

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. In:_____. **Os pensadores:** Karl Marx São Paulo: Abril Cultural, 1989.

MÉSZÁROS. István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Método em uma época histórica de transição. In: _____. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

ROCHA, Danielle Franco. As lutas dos trabalhadores bancários contra a ditadura (1964-1985) no Brasil: A oposição às intervenções sindicais e à Lei de Greve. **OPSIS**, Catalão, v. 14, n. 1, p. 225-243, jan./jun. 2014.

RODRIGUES, J. Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, I. J. (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

ROSSI, W.; GERAB, W. J. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROVAI, Marta. **Osasco 1968**: a greve no masculino e no feminino. Salvador: Pontocom, 2013.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.

SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC Paulista**: reestruturação produtiva e parceria e outros ensaios. Curitiba: CRC, 2014.

Documentos consultados

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à memória e à verdade**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

CONSELHO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP. **Investigação operária**: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Paulo: IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas), OSM-SP (Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo) – Projeto Memória, 2014. 202 p.

GLASS, Verena. MPF recebe denúncia contra Volkswagen por participação em repressão a operários 23 de setembro de 2015. FacebookTwitterTelegramPrint Multinacional é acusada de coautora em prisões, tortura e espionagem contra seus funcionários durante ditadura cívico-militar. Disponível em: <http://rosaluxspba.org/mpf-recebe-representacao-contra-volkswagen/>. Acesso em: 10 out. 2016.

ROSSI, Waldemar. A resistência operária entre os anos 1968/1990. 07 nov. 2013. <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1745&Itemid=79>. Acesso em: 10 out. 2016.

Recebido em 15 de março de 2018
Aprovado em 18 de maio de 2018